

PIBID E A INCLUSÃO SOCIAL: ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO ESCOLAR DE ENSINO REGULAR.

**Maria Antonia Cavalcante de Oliveira -UFPI -
Bolsista - PIBID Pedagogia – Teresina**

**Jannayny Maria de Moura - UFPI -
Bolsista - PIBID Pedagogia – Teresina**

**Jessica Michelli Matos –
Bolsita – PIBID Pedagogia – Teresina**

**Ticiane Maria santos Alencar –
Bolsista PIBID Pedagogia – Teresina**

**Eliana de Sousa Alencar Marques
– Professora - UFPI**

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo verificar de que maneira se dá a educação inclusiva no ensino regular. O interesse por essa problemática surgiu no contexto das vivências do PIBID do curso de Pedagogia. Com o propósito de apreender os modos de como professores e alunos vivenciam o processo inclusivo em uma escola pública estadual de Teresina, optamos por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa foi desenvolvida no período de dezembro de 2012 a março de 2013 e contou com a participação de uma professora e um aluno especial. Para a coleta de dados utilizamos a entrevista estruturada. Os resultados apontam aspectos extremamente importantes na inclusão de alunos com deficiência intelectual que é pensar em uma educação que integre esse aluno em sala de aula, com mudanças no currículo escolar e no papel do educador como forma de repensar sua prática pedagógica.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Deficiência Intectual. PIBID.

1 INTRODUÇÃO

O cenário da educação inclusiva é marcado por muitas lutas, embates e conquistas que puderam garantir maior oportunidade de acesso aos direitos das pessoas com necessidades especiais. Todavia a inclusão é um assunto que nos traz questões ainda em aberto, podemos observar que a construção de uma educação inclusiva se dá através de vivencias diárias de cada escola e de uma sociedade participativa, representando uma mudança sem precedentes na história da educação.

É importante ressaltar que, a comunidade escolar passa por um processo que requer nossa atenção e disposição para enfrentar as mudanças necessárias a fim de que

se venha a ter uma escola verdadeiramente inclusiva em uma sociedade na qual a exclusão seja minimizada; desejando que esta deixe de existir um dia, pois se percebe que na atualidade, a inclusão ainda se dá de forma precária e instável.

Neste contexto, os professores devem estar preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais, a fim de oferecer através do AEE (Atendimento educacional especializado) recursos didáticos que possam estar auxiliando e contribuindo para o ensino-aprendizagem desses alunos.

Refletindo sobre a atuação do professor e a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, surge a seguinte pergunta: como os professores e os alunos têm vivenciado o processo de inclusão?

Seguindo em foco a questão, foi feita uma pesquisa em cima das experiências obtidas como bolsistas do PIBID, tendo como objetivo de apreender os modos como professores e alunos estão vivenciando o processo de inclusão na escola. Para isso foi feito uma pesquisa com uma professora do AEE e um aluno com deficiência intelectual.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, analisamos as contribuições de teóricos que nos ajudam a discutir sobre a inclusão no ensino regular. Na segunda parte do texto, apresentamos os resultados da pesquisa que nos levou a compreender como tem sido realizada a mediação dos sujeitos envolvidos com a inclusão. Finalizamos tecendo algumas considerações sobre a contribuição da sociedade como um todo perante a esse tema tão debatido na atualidade.

2 INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

Segundo Bersch e Schirmer (2005), “o desafio da educação inclusiva introduz no âmbito da educação brasileira um novo conceito e prática”; podemos defini-la como um procedimento que se desenvolve a participação de todos os estudantes na comunidade escolar de ensino regular; ou seja, aborda uma nova forma de reconstrução da prática pedagógica, das políticas e da cultura, visto que ambas contribuem para a inclusão de alunos em uma determinada escola que possibilitem suas vivências a fim de que estas respondam á diversidade destes indivíduos (*grifo nosso*).

Na visão social do desenvolvimento, Tunes (2003) ressalta que “os deficientes devem ser incluídos nos espaços e nas relações sociais. Assim, a educação é vista como

um instrumento indispensável para a inclusão e o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Todavia, a educação inclusiva, por muito tempo foi considerada uma educação segregada, é importante ressaltar que a segregação social ocorria principalmente por parte da família, pois, esta é considerada o primeiro grupo a praticar a exclusão, sendo notável através das atitudes de super proteção ou até mesmo a rejeição, levando ao impedimento das crianças e adultos a frequentarem o ambiente escolar. Por serem considerados incapazes de progredir intelectualmente no ensino-aprendizagem. Segundo Tunes (2003, p.7):

(...) se falamos de inclusão escolar de pessoas deficientes é porque elas são excluídas do processo de escolarização. (...) As pessoas excluídas da escola apresentam os mais variados tipos de anomalias, distúrbios ou disfunções: defeitos de visão ou audição, distúrbios da fala e tantos outros que seria quase impossível enumerá-los.

O estudo realizado refere-se especificamente aos alunos com deficiência intelectual. Isso vai implicar na reflexão dos espaços escolares que por muitas vezes exclui crianças com deficiência intelectual, sendo a que mais precisa de assistência com relação ao seu desenvolvimento cognitivo e prioriza aquelas que têm alguns tipos de “distúrbios de locomoção”, ou seja; deficientes físicos que possuem “paralisia dos membros inferiores”; sendo considerado a ter um desenvolvimento cognitivo menos trabalhoso das que possuem deficiência intelectual.

No Brasil um marco muito importante foi à elaboração de políticas com o intuito de construir uma sociedade mais igualitária para todos que se dá com a Constituição Federal, de 1988, objetivando assegurar o bem de todos sem preconceitos e discriminação. No seu artigo 205 prevê o direito de todos à educação, e no artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado a pessoas com necessidades especiais, nas escolas de ensino regular.

Estes artigos pressupõem que todos indistintamente têm os mesmos direitos de acesso a educação em uma rede regular de ensino, com o grupo de sua faixa etária, e que a escola possa receber esses alunos e valorizar as diferenças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) propõe uma educação de escolarização dos alunos em todas as etapas e níveis de ensino, ultrapassando os padrões tradicionais uma educação que não exclua os alunos pelas suas limitações e sim que os incluam a partir de suas potencialidades. No que se refere à

educação especial, no artigo 58 estabelece a dicotomia entre ensino regular e especial criando a modalidade de educação especial. No artigo 58 (BRASIL, p. 142):

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A educação especial assume a modalidade de educação que permeia todos os níveis da educação através do atendimento educacional especializado, estabelecido por uma proposta pedagógica que assevere os recursos e serviços especiais, orientando e colaborando com a educação regular comum.

As escolas têm como desafio não só incluir as pessoas com necessidades especiais nos aspectos físicos e sociais, mas também acadêmicos garantindo sua aprendizagem efetiva. A deficiência mental, no entanto, causa maior impacto nas escolas regulares devido ao desafio de conseguir atingir o seu objetivo esperado que seja o aluno aprender o conteúdo curricular, construindo o seu conhecimento, pois o aluno com essa deficiência tem um jeito diferente de se apropriar do conhecimento, diferentemente do que a escola preconiza. Assim pontua Batista e Mantoan (2007, p. 16):

Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade.

Os outros tipos de deficiência não causam tanto efeito para a escola quanto a deficiência mental, uma vez que estes alunos têm um desenvolvimento que exige maior atenção em virtude da sua dificuldade de construir conhecimento, de demonstrar sua capacidade cognitiva, sendo necessário para isso um trabalho planejado que demanda maior tempo e envolvimento o que vem em contraponto com algumas escolas que na sua grande maioria ainda preconizam modelos homogeneizadores e conservadores de ensino. Como colocam Batista e Mantoan (2007, p. 16):

O caráter meritocrático, homogeneizador e competitivo das escolas tradicionais oprimem o professor, reduzindo-o a uma situação de isolamento e impotência, principalmente frente aos seus alunos com deficiência mental, pois são aqueles que mais “entram” o desenvolvimento do processo escolar, em todos os seus níveis e séries.

Diante da situação, a saída encontrada pela maioria dos professores é desvencilhar-se desses alunos que não acompanham as turmas, encaminhando-os para qualquer outro lugar que supostamente saiba como ensiná-los.

Diante destas práticas escolares surge a necessidade de mudança no contexto destas escolas o que levou algumas escolas a busca por soluções alternativas que pudesse atender a todos os alunos indistintamente, envolvendo adaptações de currículo, atividades, avaliação diferenciadas para os alunos com deficiência o que não resolve o impasse, pois o professor interfere de fora colocando a estes alunos o que supõe que eles sejam capazes de aprender (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

Segundo Batista e Mantoan (2007, p. 17):

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece.

O que se deseja é o entendimento de que a aprendizagem é uma ação individual e heterogênea que parte do próprio sujeito que independe de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. Assim afirmam Batista e Mantoan (2007, p. 17) “ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o propósito de apreender os modos de como professores e alunos vivenciam o processo inclusivo em uma escola pública estadual de Teresina, optamos por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa. A pesquisa foi realizada a partir das experiências vivenciadas pelas alunas bolsistas do PIBID do Curso de Pedagogia que atuam em uma escola pública da cidade de Teresina-PI. Participaram como sujeitos da pesquisa uma professora e um aluno especial.

A pesquisa foi desenvolvida no período de dezembro de 2012 a março de 2013, sendo dividida em dois momentos. No primeiro momento, analisamos as contribuições teóricas nessa área, e o segundo momento foi a parte da pesquisa de campo com a professora do AEE e com um aluno com deficiência intelectual.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada que nos possibilitou maior interação com os sujeitos dessa pesquisa. Como afirma Richardson (2012, p. 207) “a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B”.

A técnica utilizada para analisar os dados foi à análise de conteúdo, tendo em vista os suportes que esta técnica nos oferece para compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, ideológicas) e extrair os momentos mais importantes (RICHARDSON, 2012).

4 O PIBID COMO MEDIADOR NA EXPERIÊNCIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID nos cursos de licenciatura visa incentivar a iniciação a docência de estudantes de Instituições Federais de Educação Superior com o intuito de fornecer aos docentes maior preparo para sua prática pedagógica, oportunizando a esses discentes experiências que servirão de subsídios para futura atuação docente, com vistas a elevar a qualidade da educação básica.

A contribuição do PIBID para a construção desse trabalho se faz presente na nossa inserção no espaço escolar no eixo da gestão escolar, no qual pudemos observar e presenciar de perto um pouco do processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. A partir de vivências e participações em reuniões dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e a professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado), nas discussões de como trabalhar com esse aluno e até mesmo na sua permanência na escola.

Com esse propósito, realizamos entrevistas com a professora do AEE que acompanha o aluno, tendo em vista conhecer como se dá esse acompanhamento com esse aluno, suas indagações acerca da inclusão na escola regular. Além de realizarmos uma entrevista com o aluno com deficiência mental com o objetivo de saber como se sente nesse espaço escolar.

Na entrevista com a professora realizamos três perguntas, sendo a primeira pergunta: qual a sua opinião sobre a inclusão de alunos deficientes na escola regular? Vejamos o que respondeu:

“A educação inclusiva de alunos com algum tipo de necessidades educacionais especiais esta muito a desejar, pois o governo pensou na inclusão, porém jogou de cima para baixo colocando a responsabilidade na escola e nos professores, como se apenas estes pudessem promover a inclusão. sabemos que tanto o governo, a escola, a família e toda sociedade tem um papel fundamental para que se tenha uma educação mais inclusiva, aqui na escola temos uma sala do AEE, sendo dividido em três módulos, o aluno “Rik” (nome ficção) necessita do acompanhamento especializado pelo AEE e estuda na escola estando no modulo 1º. Com relação à escola em si, precisa ser adaptada ainda mais, pois além do “Rik” tem outros alunos que se deslocam de sua comunidade, por não haver o AEE, e passam a vir para a escola apenas para ter esse acompanhamento especializado (PROFESSORA, 2013).”

Percebe-se na fala da professora, que a inclusão ainda está engatinhando e que precisa ser repensada as políticas que intervêm para que essa educação seja realizada da forma correta. Como se coloca na afirmação (BRASIL, 2010, p. 25):

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/interprete de Libras e gui-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

A segunda pergunta procurou saber: você se sente preparada para trabalhar com alunos deficientes? Como você se sente? Vejamos sua resposta:

“Estou preparada, porém busco me especializar mais e mais. Quanto mais se preparar melhor. Sempre é um desafio, pois quando você se depara com alunos que tem algum tipo de deficiência é que você conhece o que eles precisam, pois cada aluno é diferente, apesar das mesmas deficiências. O que esta faltando mesmo é as pessoas refletirem que o currículo não deve ser o mesmo para os alunos considerados “normais”. A inclusão esta acontecendo, mas não estar como deveria ser, percebo que todos falam de inclusão, mas não é o bastante. O Estado por sua vez não se dispõe a ajudar o professor especialista para que se qualifique mais (PROFESSORA, 2013)”.

Na fala da professora percebe-se o seu interesse de cada vez mais está buscando se qualificar para poder ajudar os seus alunos, pois mesmos que tendo a mesma deficiência cada aluno tem o seu jeito de ser, visto que o aluno com deficiência tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva. Como o exposto em BRASIL (2010, p. 25) “Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e

continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência no atendimento educacional especializado”.

Finalizando a entrevista com a pergunta: em sua opinião, o que deve ser feito com os alunos que possuem algum tipo de deficiência com relação à sua permanência na escola? Vejamos sua resposta:

“Em primeiro lugar mudar e adaptar o currículo para esses alunos, e depois conscientizar os professores que a inclusão não é por acaso e nem faz de conta. Eles precisam aceitar que a inclusão esta acontecendo realmente (PROFESSORA, 2013)”.

Diante o exposto pela professora, compreende-se que é preciso repensar de imediato a elaboração do currículo, readaptando-o pelo professor, tendo em vista que na grande maioria, esses alunos são esquecidos dentro da sala de aula pelo fato de alguns professores não terem a preocupação com aquele aluno em sala de aula. O que fica claro de acordo com que destaca Coll (1987, p. 33):

O currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas aulas de sala de aula.

Na entrevista com o aluno com deficiência (por haver traços de autismo suas respostas foram curta e direta) perguntamos: como se sente na escola? Sua resposta foi:

“Me sinto bem! gosto de ficar na escola e não quero sair, como aconteceu na outra escola, minha mãe me tirou por não ter o ensino fundamental (aluno RIK, 2013)”.

Na segunda pergunta indagamos: você tem conseguido participar de todas as atividades na escola? Resposta:

“Participo de todas as atividades, antes os outros alunos caçavam conversa comigo, mais agora esta me tratam bem. (aluno RIK, 2013)”.

O aluno RIK, anteriormente pertencia à outra escola (escola Vida), onde concluiu a educação infantil, foi transferido para a escola Darcy Araújo, localizada em um bairro nobre de Teresina. Como apresenta leve traço de autismo, ficou muito triste por ter que deixar a sua antiga escola, pois já estava acostumado com todos que

frequentavam. Já esta há três anos na nova escola, ele obteve um acompanhamento com a psicopedagoga que procurou trabalhar nele a adaptação nesse novo ambiente.

E por último perguntamos: se você pudesse escolher o tipo de escola para frequentar você ficaria na escola que você está?

“Sim. Gostaria de ficar aqui, gosto de todo mundo. (aluno RIK, 2013)”.

A professora do AEE, que faz o acompanhamento e conhecendo o processo de inclusão de “RIK” na escola, justificou esta resposta da seguinte maneira:

“Como RIK tem traços de autismo para ele se adaptar em um novo ambiente com novas pessoas é muito difícil e doloroso. A transferência dele para esta escola se deu por que na escola anterior não possuía o ensino fundamental, se fosse por ele ainda estaria lá. como trabalhamos com ele o processo de adaptação, percebemos que ele já esta a vontade e fez amizades praticamente com todos. E não pensa em sair da escola (PROFESSORA, 2013).”

“RIK” é um aluno que está a participar de atividades sociais referente à inclusão, especificamente quando se trata de sua deficiência, juntamente com a sua Família que o acompanha na sua trajetória no contexto escolar e social.

5 CONCLUSÃO

Os dados obtidos nesta pesquisa apontam para um aspecto extremamente importante na inclusão de alunos com deficiência intelectual é trilhar novos caminhos educacionais, pensando não somente na alfabetização deles, como também na modificação curricular da escola de ensino regular para atender as outras habilidades que o aluno com deficiência intelectual apresente (artes, música, dança) e com outro olhar sobre o papel do educador como forma de repensar sua prática pedagógica com vista que atenda a todos os alunos, sejam alunos “normais” ou com necessidades especiais.

As experiências proporcionadas pelo PIBID às alunas do curso de Pedagogia permite a consolidação de vivências no espaço escolar, levando a efetivação no processo de formação destas como docentes, contribuindo significativamente para uma reflexão crítica do seu papel na escola, assim como futuras professoras, permitindo

discussões dos temas que permeiam a educação e o espaço escolar e também a busca por possíveis soluções para estes problemas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. IN: **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: SEESP/MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf>. Acessado em: 07 de abr. de 2013, p. 13-28.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, p 09-26.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**: artigo a artigo. IN: Moaci Alves Carneiro. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLL, C. Os fundamentos do currículo. IN: **Psicologia y currículum**. São Paulo: Ática, 1987, p. 33-63.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. IN. Roberto Jarry Richardson; Colaboradores José Augusto Souza Peres (et al). 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BERSCH, R. & SCHIRMER, C. In: **Ensaio Pedagógico**: Construindo Escolas Inclusivas. Ministério da educação. Secretaria de Educação especial. Brasília, DF, 2005.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? **Linhas Críticas**. Brasília, v. 9, n. 16, jan/jun, 2003.